

PRAÇA CAVALEIROS DA LUZ

Decreto 6604 de 19-08-1981

Formada pela praça 7 do Jardim Independência -
2a. parte, do distrito de Barão Geraldo

Situada entre as ruas Lucia Tonon Martins e
Flordalisa Grigol Coghi e divisa com quem de direito

Jardim Independência

Distrito de Barão Geraldo

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Municipal,
em exercício, José Roberto Magalhães Teixeira. Protocolado nº 13.420
de 11-05-1981, em nome de Sub-Prefeitura de Barão Geraldo.

CAVALEIROS DA LUZ

Cavaleiros da Luz é o nome de uma entidade fundada na Bahia, cujos integrantes pretendiam a independência do Brasil. O movimento que foi denominado "Conjuração Baiana" ou "Revolta dos Alfaiates", verificou-se em Salvador, no ano de 1798. Naquela época, Portugal possuía o monopólio dos produtos produzidos no Brasil e a Inglaterra o privilégio no comércio brasileiro. Com todas as exigências feitas, a situação do povo foi se tornando insuportável, que via cerceadas todas as possibilidades de desenvolvimento. Piorando cada vez mais a situação, passaram a ser comum os motins e ataques a açougues e armazéns. A classe média era também atingida pelo estado de coisas e procurava uma saída para por fim a todos esses problemas. Alguns homens mais esclarecidos como o padre Francisco Agostinho Gomes, o economista José da Silva Lisboa, o cirurgião Cipriano de Almeida Barata e o professor Francisco Moniz Barreto de Aragão e outros, conheciam a filosofia dos enciclopedistas e traduziam livros de Rousseau e de Volney. Reuniam-se em sociedades secretas como a chamada "Associação Secreta Cavaleiros da Luz", fundada em 1797, no arrabalde da Barra, em Salvador. Da catequese resultou em pouco tempo a infiltração dos novos ideais entre militares, artífices, gente de cor da mais humilde condição social. Os primeiros sinais da trama foram - em agosto de 1798 - papéis afixados nas paredes, em Salvador, exortando o povo à revolução, em nome da liberdade, da igualdade de todos os homens e do comércio livre com todos os povos. Não tardou, porém, que as diligências policiais identificassem numerosas pessoas portadoras dos ideais "franceses", prendendo 34 delas. Dessas, após processamentos burocráticos, quinze foram absolvidas, cinco condenadas à prisão, dez à pena de degrêdo e quatro à morte por enforcamento. Os quatro primeiros mártires da independência do Brasil, que foram enforcados e depois de esquartejados seus despojos espetados em postes e espalhados pelos principais locais de Salvador, foram: os soldados Luiz Gonzaga das Virgens (36 anos), Lucas Dantas de Amorim Torres (24) e os alfaiates João de Deus Nascimento (24) e Manuel Faustino dos Santos Lira (23).

①

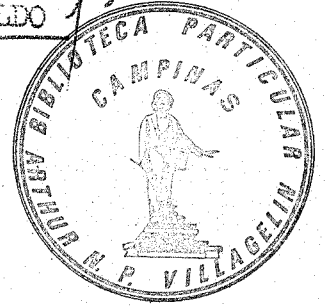


Prefeitura Municipal de Campinas

SUB-PREFEITURA DE BARÃO GERALDO

Campinas, 27 de Abril de 1981

J. O. AMARAL



Ex^o. Sr.

DR. FRANCISCO AMARAL

DD. Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DE CAMPINAS


013420 11.5.81

PROTOCOLO-GERAL

Para a alta consideração de V. Ex^o, quanto ao atendimento de que se trata a denominação de Praça Cavaleiros da Luz a atual Praça 7, apensamos ao presente, a solicitação dos membros da comissão dos moradores das Ruas 10 e 11 do Jardim Independência, deste Distrito.

Sendo o que se nos apresentava para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente


ATÍLIO VICENTINI
Sec. Geral

anexo: cópias solicitação

PRAÇA CAVALEIROS DA LUZ

12



20 AGO 1981

DECRETO N.º 6.604, DE 19 DE AGOSTO DE 1981

DENOMINA "CAVALEIROS DA LUZ" UMA PRAÇA PÚBLICA DO DISTRITO DE BARÃO GERALDO.

O Prefeito do Município de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX do artigo 39 do Decreto-Lei Complementar Estadual N.º 9, de 31 de dezembro de 1969 - Lei Orgânica dos Municípios;

DECRETA

Artigo 1º - Fica denominada "PRAÇA CAVALEIROS DA LUZ" a Praça 7 do Jardim Independência 2ª parte, localizada no Distrito de Barão Geraldo, circundada pelas Ruas Lucia Tonom Martins, Flordalisa Amalia Grigol Coghi e divisa com quem de direito.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 19 de agosto de 1981.

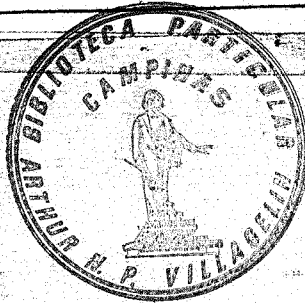
DR. JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

DRA. NEIDE CARICCHIO
Secretária dos Negócios Jurídicos

ENGO. DARCY STRAGLIOTTO
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Redigido na Consultoria Técnico-Legislativa da Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com os elementos constantes do protocolado N.º 13420, de 11 de maio de 1981, em nome da Sub-Prefeitura de Barão Geraldo, e publicado no Departamento do Expediente do Gabinete do Prefeito, em 19 de agosto de 1981.

DR. HAMILTON DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito



* CAVALEIROS DA LUZ *

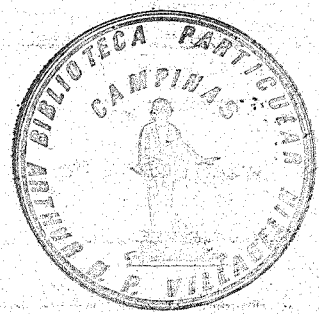
- Conjuração Baiana (Revolta dos Alfaiates - 1.798), no Século XVIII, Portugal possuía o monopólio dos produtos produzidos no Brasil e a Inglaterra possuía privilégio (impostos reduzidos e prioridade) no comércio / brasileiro. Pouco a pouco, essa situação foi se tornando insuportável para a população baiana, que via cerceadas todas as possibilidades de desenvolvimento. A situação piorava cada vez mais e não eram raras as explosões de motins e ataques a açougues e armazéns. A classe média também sentia grandes dificuldades e procurava uma saída para a situação. Em 1798, foi fundada no bairro da Barra a "ASSOCIAÇÃO SECRETA CAVALEIROS DA LUZ", onde se discutiam os livros da Revolução Francesa, formada por elementos das classes média e mais pobre, inclusive / escravos.

- No dia 12 de Agosto de 1.798, a Bahia foi coberta por inúmeros folhetos de propaganda revolucionária, que prometiam: "Está para chegar o tempo em que todos seremos iguais".

- Mas a conspiração foi logo descoberta e seus principais líderes, LUIS GONZAGA DAS VIRGENS, LUCAS DANTAS (soldados), JOÃO DE DEUS DO NASCIMENTO e MANOEL FUASTINO (alfaiates), foram enforcados no dia 7 de novembro de 1.799.

Nota: Este Texto foi tirado do Almanaque Abril - Edição 1.977 - Fl. 237. da Abril Cultural.

Ào Ilmo Sr Sub-Prefeito do Distrito de Barão Geraldo - CAMPINAS-SP



OBJETO: - Nomenção de Praça
(Solicita)

Ilmo Sr Sub-Prefeito

Nós, Membros da Comissão Representativa dos moradores da Rua 10 e 11 do Jardim Independência, deste Distrito, solicitamos a V.Sa., com o objetivo de melhor servir a terra que nos acolheu, com a finalidade de pentilhar os feitos dos nossos ancestrais e relembrar os fatos históricos da nossa emancipação política, fatos estes nascidos do incerformismo, das raízes erinndas da Revolução Baiana para nossa Independência, no sentido de dar nome de "PRAÇA CAVALHEIROS DA LUZ", o trecho compreendido entre às Ruas 10 e 11 e o esboço da Praça denominada "Praça 7ª", conforme fragmento de planta anexa, que muito nos honrará.

Esperamos, desde já, a ajuda de ilustre Sub-Prefeito de nesse Distrito.

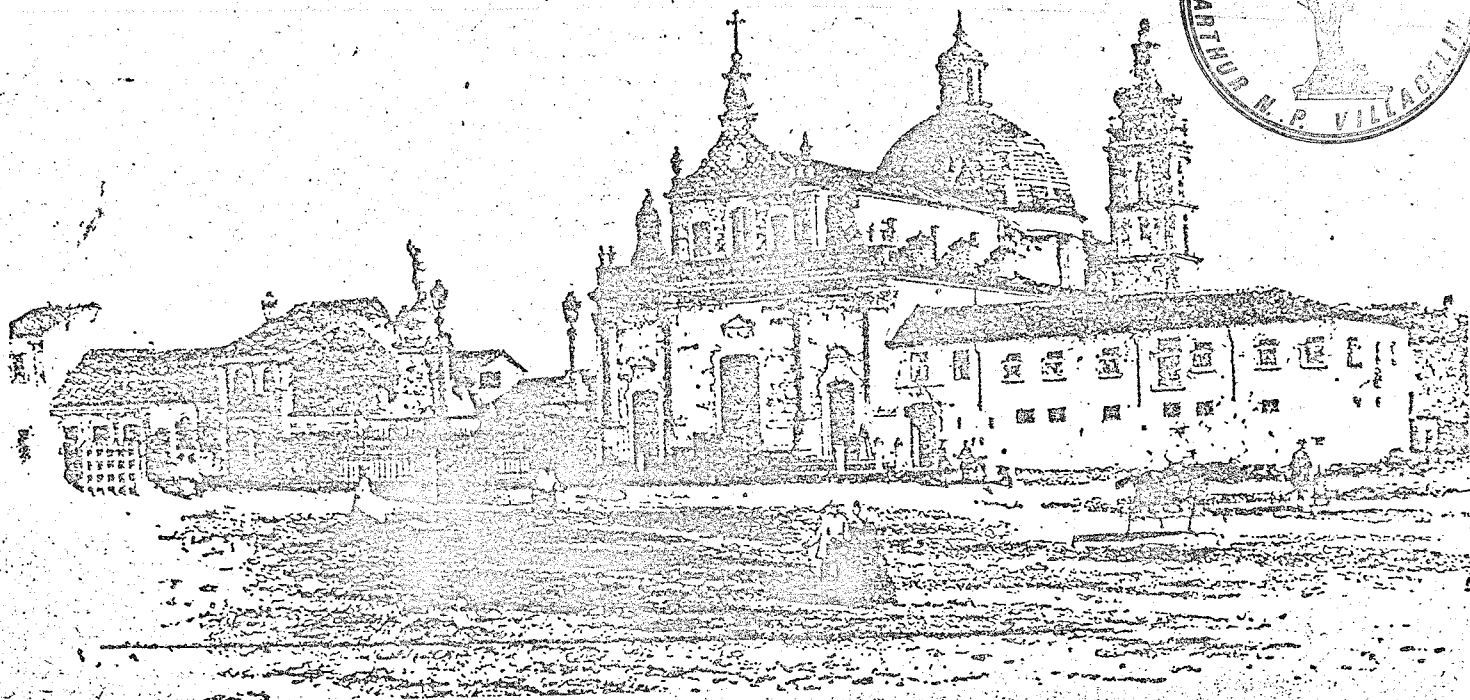
Sem mais, subscrevemo-nos, com elevada estima e consideração.

Campinas-SP, 30 de janeiro de 1.981.

Gilson Herminio da Rocha
GILSON HERMINIO DA ROCHA
- M E M B R O -

Sergio Marcatti
SÉRGIO MARGATTI
- M E M B R O -

Hygino Antonio da Silva
HYGINO ANTONIO DA SILVA
- M E M B R O -



No Largo da Piedade, em Salvador — que se vê nesta estampa antiga — foram enforcados quatro dos participantes da Inconfidência Baiana

Tentativa de revolução social há 170 anos

A baiana, uma inconfidência menos falada que a mineira

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

Na manhã de 12 de agosto de 1798 — precisamente há cento e setenta anos — surpreendiam-se na Bahia os primeiros sinais de um movimento que pode ser definido como a primeira tentativa de revolução social no Brasil. E' quase inacreditável que isso possa ter ocorrido na época, tendo-se em vista a situação econômica e cultural da América Portuguesa no fim do período colonial. E sobretudo quando se pensa que, com todas as transformações posteriores e um século depois da independência do País ainda havia governantes e intelectuais brasileiros que consideravam a questão social um caso de Polícia.

Hoje — quando o tema "justiça social" está na ordem do dia e em que uma grande ala do clero brasileiro, mobilizada pelas encíclicas papais, dá ênfase à colocação do problema de uma melhor distribuição da riqueza — é interessante que se veja como o reformismo emergiu e se configurou, nesse Brasil de fins do século dezoito, inspirado pelos ideais da Revolução Francesa e tendo encontrado, na estrutura semi-feudal da sociedade de então, condições bastante propícias à irradiação do movimento.

● A SITUAÇÃO DA BAHIA

De modo geral a situação social da região baiana — como a de todo o Brasil, com pequenas variantes sem maior significação — era no fim do período colonial a que se elaborara desde meados do século dezesseis. Na base inferior da sociedade situava-se a massa numerosa dos cativos pretos ou bugres e seus descendentes. Depois, uma camada de chamados "homens livres" mas sem recursos (pretos, pardos ou brancos), que trabalhavam como artifices, feitores, capatazes, mestres de açúcar, mestres fumeiros. Seguia-se a categoria dos proprietários rurais de recursos limitados, donos de roças de lavouras de mantimento e de sítios de criação. E, finalmente, a casta mais abastada e dominante, representada sobretudo pelos senhores de engenhos de açúcar de zona litorânea, mas a que poderiam talvez se acrescentar alguns senhores de grandes fazendas de cultivo de tabaco e alguns moradores da zona do Rio de Contas que haviam enriquecido na frequência e no comércio das minas.

A época era de prosperidade econômica, pois a indústria do açúcar — a mais importante da região — havia superado as crises que a haviam afetado no decorrer do Ciclo do Ouro. "Dos anos de 1770 em diante — dizia da atividade canavieira o autor de um "Discurso Preliminar Histórico Instrutivo com a Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia" (redigido parece que em 1790) — convalesce este ramo da agricultura com avultadas e conhecidas vantagens".

Como é evidente, no entanto, esse "enriquecimento" da região baiana beneficiava a uma ínfima minoria de sua população. Favorecia os senhores de engenho e — por via indireta — os grandes proprietários de terras ocupadas com o tabaco ou a pecuária e algumas famílias empenhadas na exploração mineradora. Para os demais (que eram a quase totalidade dos moradores da Bahia) pouco ou nada sobrava dessa "prosperidade econômica". Para já não falar dos escravos (que eram considerados coisas e não pessoas) era absoluta a sujeição dos chamados habitantes livres, da cidade ou das zonas rurais, às classes dominantes. Os próprios cultivadores de cana nem sempre podiam ter um engenho (cuja construção dependia de licença especial) e eram forçados a entregar a metade de sua produção aos donos de fabricas açucareiras que lhes moessem a cana.

● O EXEMPLO DA FRANÇA

E' fácil perceber que não bastaria a existência dessa situação em que eram extremadas as distâncias entre as classes sociais e em que a maioria da população não participava das vantagens da indústria do açúcar ou de outras, para que ocorresse uma tentativa de reforma social. A estrutura da sociedade mostrava-se inalterável desde que se iniciara de forma efetiva a ocupação da região. E as camadas mais humildes e mais exploradas dessa sociedade — mergulhadas em regra no analfabetismo e na incultura — não poderiam ter tido, espontaneamente, a consciência de que em condições diversas poderiam se basear as relações entre os membros da coletividade para que houvesse uma repartição mais justa dos bens produzido pelo esforço de todos.

Acontece, porém, que alguns homens mais esclarecidos — o padre Francisco Agostinho Gomes, o economista José da Silva Lisboa, o cirurgião Cipriano de Almeida Barata, o professor Francisco Moniz Barreto de Aragão e outros — conheciam a filosofia dos Enciclopedistas e as novas teorias políticas consagradas pela Revolução Francesa. Traduziam livros de Rousseau e de Volney. Reuniam-se em sociedades secretas como a chamada "Cavaleiros da Luz", fundada em 1797, no arrabalde da Barra, em Salvador. E da atividade de catequese deles resultou em pouco tempo a infiltração dos novos ideais entre militares, artifices, gente de cor da mais humilde condição social.

A Revolução Francesa — como escreveu, com muita agudeza, Luís Viana Filho — teve a sua maior atuação não em criar aqui um ambiente de revolta, mas em dar um sentido novo e vigoroso ao sentimento de insatisfação que minava o organismo da Colônia. "Tanto servia ao mulato revoltado contra os preconceitos de cor, como ao branco nativista que odiava o português".

● OS SINAIS DA REVOLTA

Os primeiros sinais da trama foram — em agosto de 1798 — papéis afixados nas paredes das casas de Salvador, exortando o povo à revolução, em nome da liberdade, da igualdade de todos os homens e do comércio livre com todos os povos. Queriam a independência política — porque isso significaria romper as ligações com a Europa e extinguir as restrições mercantis. Mas desejavam também os incondientes baianos — como diziam em suas proclamações — "um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos, sem distinção de cores, somente de capacidade".

Não foi um motim de quartéis, uma inquietação de descontentes ou levante de escravos — escreveu Afonso Rui, que estudou a inconflência baiana em livro intitulado "A Primeira Revolução Social Brasileira". — "mas de trabalho lento, persistente, de massas acotradas, conscientes, proclamando como pretendida finalidade as melhoras física, intelectual e moral do maior numero, de que Saint-Simon, precursor do socialismo, levantaria a bandeira nos primeiros anos de 1800."

Mostra inclusive nesse livro o historiador Afonso Rui que o aprestamento da revolução não se restringia à cidade de Salvador e seus arredores, irradiando-se pelos engenhos do Recôncavo e pela "terra a dentro", com ramificações no município de Jacobina, que era zona de mineração.

● DENUNCIA E REPRESSÃO

Mas a atividade revolucionária de Cipriano Barata e de outros já em maio de 1798 tinha sido denunciada à rainha de Portugal por uma carta do padre José da Fonseca Neves, assim redigida: "Senhora — Com o mais profundo respeito o padre José da Fonseca Neves, presbítero secular, oriundo da freguesia de S. Mamede de Valongo, arcebispado do Porto e presentemente capelão nos engenhos de Paulo de Argolo e Teive, freguesia de N. S. do Monte, Arcebispado da Bahia, como fiel vassallo de V. M. dá parte e denuncia que Cipriano, por alcunha Baratinha, cirurgião, e Marcelino Antonio de Sousa, musico, assistente na dita freguesia e lavradores de cana nos engenhos de Joaquim Inacio de Siqueira Bulcão, são homens infensos em todos os sistemas ao alto decoro de V.M. e juntamente a Jesus Cristo, e a sua esposa e nossa Mãe a Santa Igreja, pois não se envergonharam de publicar as suas depravadas paixões entre os rusticos povos, já com palavras, já com escritos, feitos uns novos legisladores, não só das nossas monarquias, me fez esta parte a V.M. para que haja de dar aquella providencia que não só honre cada vez mais o nosso alto Poder, mas também glorie o nosso Deus, de quem somos verdadeiros filhos".

Essa denúncia serviu de base a uma troca de correspondência entre o ministro do Reino, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o governador da capitania da Bahia, D. Fernando José de Portugal. Em uma das cartas dizia o primeiro ao segundo: "Sua Majestade manda participar a V.S. que depois que chegou o ultimo comboio se espalharam aqui vozes que dão grande cuidado e que annunciam que as principais pessoas dessa cidade, por uma loucura incompreensivel e por não entenderem os seus interesses se acham infectas dos abominaveis principios franceses..."

● DEZENOVE CONDENADOS

Não tardou que as diligências policiais identificassem numerosas pessoas que, na Bahia, eram portadoras de idéias "francesas" e que, portanto, representavam séria ameaça à conservação das idéias "portuguesas". Entrando em ação a ronceira justiça colonial, apurou-se a culpabilidade de 34 dos detidos. Desses, 20 eram homens livres, 4 cativos fôrros e 10 escravos. Dez brancos, vinte e três pardos e um preto.

Entre essas trinta e quatro pessoas culpáveis não estavam incluídos alguns homens considerados mentores intelectuais do movimento ou pelo menos divulgadores dos "principios franceses", como o padre Francisco Agostinho Gomes e o economista José da Silva Lisboa. Faziam parte da relação o cirurgião Cipriano Barata e o professor de gramática latina Francisco Moniz Barreto. Dos demais relacionados na devassa havia dez militares (dois tenentes, um sargento e três soldados), nove alfaiates, um bordador, um cabeleireiro, um sapateiro, um pedreiro, dois carapinas, um praticante de cirurgia e um homem que "vivía de requerer papéis nos auditórios". Os outros, sem habilitação ou officio especificado.

Dessas trinta e quatro pessoas detidas e processadas — depois de longos tramites burocráticos — quinze seriam absolvidas (inclusive Cipriano Barata), cinco condenadas à prisão, dez à pena de degredo e quatro à morte por enforcamento.

● EPILOGO FOI A FORÇA

Os quatro condenados à força foram os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres (24 anos) e Luís Gonzaga das Virgens (36) e os alfaiates João de Deus Nascimento (24) e Manuel Faustino dos Santos Lira (23).

Um por um os quatro — no largo da Piedade, em Salvador — balouçaram-se no ar, sofrendo a "morte natural". "Sucedeu depois — escreveu Afonso Rui — o horrível espetáculo que a barbárie legalizada mantivera nos seus códigos: o esquarteramento. Os corpos ainda quentes foram expostos, as cabeças decepadas, os membros arrancados e, com todo aquêle ceremonial de soltaços, escrivães e meirinhos, foram cabeças e corpos, despojos transformados em pasto da vingança real, levados aos pontos que a sentença indicara.

Assim, no Campo do Dique, no sítio mais descoberto, ficou-espantada em alto poste a cabeça Lucas Dantas; enquanto os quartos de seu corpo, colocados em equidistância, marcavam o espaço compreendido entre aquele Campo e a sua morada, no Cruzeiro de São Francisco. Nesse local, em frente à casa de Lucas, fincaram a cabeça de Manuel Faustino, em virtude de na mesma ter assidua frequencia. Na rua Direita do Palacio, em frente à tenda de João de Deus, plantou-se sua cabeça, distribuindo-se os quartos de seu corpo pelo cais e pontos de comercio de maior movimento. No patíbulo ficaram expostas a cabeça e as mãos de Luís Gonzaga, o escrvente dos boletins denunciadores".

● MÁRTIRES ESQUECIDOS

A conspiração ocorrida em fins do século dezoito vivava, a par da independencia do Brasil, a reforma da estrutura social, e assim se revestia de um radicalismo que não fôra revelado, alguns anos antes, pela conjuração de Tiradentes, em Minas Gerais.

E' do historiador Afonso Rui este paralelo entre a inconflência mineira e a baiana: "Vindo a revolução mineira das classes elevadas, portanto do centro para a periferia, trazia o preconceito das castas, afastando dos destinos da nação os párias, enquanto a conjura baiana, articulando-se na rua, radicando-se entre escravos e libertos, soldados, operários e agrários, desenvolvendo-se da periferia para o centro, abolia as classes para nivelar os homens".

Dessas razões deriva por certo a diferença de escala com que os dois movimentos se projetaram na obra dos historiadores brasileiros. Muitos deles simplesmente esqueceram ou não tomaram conhecimento dessa conspiração baiana em que se refletiam os impulsos legítimos de libertação do Brasil e de reforma social. Outros a menosprezaram. Pedro Calmon escreveu, a proposito, que "nunca se soube ao certo, na Bahia, se estivera ali ameaçada a integridade da Colônia, em 1798, ou se os "alfaiates" — herdeiros do povo inquieto de 1711 — não pretendiam simplesmente insurgir-se contra as desigualdades sociais, cobrando a subitas e com as armas em punho o seu quinhão de fortuna". Gustavo Barroso, procurando definir as tendencias do movimento e seus resultados, referiu-se a "palavras mal ouvidas e nunca absorvidas pelos convencionais baianos, incapazes de compreender a palavra liberdade que, deslumbrando-lhes as mentalidades primárias, os pendurou na força".

Opiniões como essas acabaram prevalecendo. E se hoje alguns tratados ou compendios de História do Brasil recolocam na devida posição a conspiração baiana de fins do século dezoito, a verdade é que jamais alguém se lembrou de colocar na plana dos heróis do porte de Tiradentes os dois alfaiates que também

